



Studies on teacher training within the scope of Difort/CNPq

Estudos sobre formação docente no âmbito do Difort/CNPq

Estudios sobre la formación docente en el ámbito de la Difort/CNPq

Ana Clara Prates Gusmão Di Girolamo Nascimento¹ , Claudio Pinto Nunes¹ ,
Daniela Oliveira Vidal da Silva² 

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

² Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

Autor correspondente:

Claudio Pinto Nunes

E-mail: claudionunesba@hotmail.com

Como citar: Nascimento, A. C. P. G. D. G., Nunes, C. P. (2024). Studies on teacher training within the scope of Difort/CNPq. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 5(1), e19172. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks5119172>

ABSTRACT

This study aims to present an analysis of the productions carried out by members of the Research Group on Teaching, Training and Work (Difort/CNPq) published in scientific journals that focus on teacher training. The methodology consists of carrying out four procedures: a) survey of the names of all members of the Difort research group, their qualifications and their dates of inclusion in the group; b) consultation of each researcher's Lattes CV to identify complete articles published in journals within a time frame from 2014 to 2024 that address the theme of teacher training; c) classification of the productions into four categories of analysis and d) presentation of the content of the articles on teacher training. After conducting the search, 15 articles were identified, which are presented in four thematic sections, grouped as follows: a) teacher training policies; b) teaching practice; c) post-training challenges; and d) other related issues.

Keywords: Educator Training; Teacher Training; Research in Education.

RESUMO

O presente estudo objetiva apresentar uma análise das produções realizada por membros do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) veiculadas por meio de publicação em periódicos científicos em que o foco seja a formação docente. A metodologia consiste na realização de quatro procedimentos: a) levantamentos dos nomes de todos os membros do grupo de pesquisa Difort, suas titulações e suas datas de inclusão no

grupo; b) consulta no Currículo Lattes de cada pesquisador, para a identificação de artigos completos publicados em periódicos dentro de um recorte temporal de 2014 a 2024, que abordam a temática da formação docente; c) classificações das produções em quatro categorias de análise e d) apresentação do conteúdo dos artigos em torno da formação docente. Após realizar a busca, foram identificados 15 artigos, os quais são apresentados em quatro seções temáticas, assim agrupadas: a) políticas de formação docente; b) prática docente; c) desafios pós formação; e d) outros relacionados.

Palavras-chave: Formação Docente; Formação de Professores; Pesquisa em Educação.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo presentar un análisis de las producciones realizadas por miembros del Grupo de Investigación en Didáctica, Formación y Trabajo Docente (Difort/CNPq) difundidas a través de publicaciones en revistas científicas que tienen como foco la formación docente. La metodología consiste en realizar cuatro procedimientos: a) encuesta de los nombres de todos los miembros del grupo de investigación Difort, sus titulaciones y sus fechas de inclusión en el grupo; b) consulta del Currículo Lattes de cada investigador para identificar artículos completos publicados en revistas en un período de tiempo de 2014 a 2024 que aborden la temática de la formación docente; c) clasificación de las producciones en cuatro categorías de análisis y d) presentación del contenido de los artículos sobre formación docente. Luego de realizar la búsqueda, se identificaron 15 artículos, los cuales se presentan en cuatro secciones temáticas, agrupadas de la siguiente manera: a) políticas de formación docente; b) la práctica docente; c) retos post-entrenamiento; y d) otros relacionados.

Palabras clave: Formación Docente; Formación de Profesores; Investigación en Educación..

INTRODUÇÃO

A formação de docentes no Brasil tem suas raízes no século XX, quando a discussão sobre a educação e a formação de professores começou a ganhar destaque, especialmente durante o período do Estado Novo. Esse contexto foi marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, que exigiram uma reestruturação do sistema educacional. A influência dos ideais da Escola Nova e o movimento dos Pioneiros da Educação Nova foram fundamentais para a revolução pedagógica que se seguiu (Brito, Silva & Nunes, 2017).

No início do século XX, a formação de professores passou a ser regulamentada, com a criação de cursos de Pedagogia e a definição de diretrizes para a formação docente. O Decreto-Lei nº 1.190, de 1939, estabeleceu um padrão para a formação de professores, criando um currículo que incluía três anos de formação específica e um ano adicional de Didática para aqueles que desejavam atuar na educação básica.

A realidade da formação docente no Brasil sempre foi marcada por desafios. Durante muito tempo, muitos professores atuavam sem a formação adequada, especialmente em áreas rurais e regiões de difícil acesso, onde a falta de instituições de ensino superior impedia a qualificação dos docentes. A partir da segunda metade do século XX, especialmente nos anos 1990, o governo brasileiro começou a implementar políticas públicas voltadas para a formação de professores, buscando reduzir o número de docentes sem formação adequada e promover a formação continuada. Mas, mesmo com tais investimentos, essas políticas frequentemente deixaram a responsabilidade da formação nas mãos dos próprios professores, que passaram a buscar sua qualificação em cursos particulares e à distância e somente a partir dos anos 2000 houve um aumento significativo na oferta de cursos de formação de professores nas universidades federais.

Atualmente, a formação inicial e continuada dos docentes é um tema central nas políticas educacionais brasileiras, com a necessidade de preparar educadores que sejam capazes de

enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a construção de uma educação de qualidade.

Este estudo visa demonstrar o resultado do levantamento bibliográfico de artigos publicados por membros do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq), utilizando os descritores: formação docente ou formação de professores. Dessa forma, buscamos expor através do respectivo estudo os principais tópicos para compreender parcialmente, uma vez que essa problemática está em constante estudo e evolução, o trajeto de formação de professores. Sobre isso Garcia (1999, p.112) afirma que

Conceber a formação de professores [...] como um “processo contínuo, sistemático e organizado” significa entender que a formação de professores abarca toda a carreira docente. Falar da carreira docente não é mais do que reconhecer que os professores, do ponto de vista do “aprender a ensinar”, passam por diferentes etapas (pré-formação, formação inicial, iniciação e formação permanente, de acordo com Feiman, 1983), as quais representam exigências pessoais, profissionais, organizacionais, contextuais, psicológicas, etc., específicas e diferenciadas. (Garcia, 1999, p.112)

De tal forma, podemos concluir a ideia de que a formação de professores deve ser entendida como um processo que se estende ao longo de toda a carreira docente, em vez de ser vista apenas como uma fase inicial da trajetória profissional. Ao descrever a formação de professores como um “processo contínuo, sistemático e organizado”, a citação enfatiza que a educação e o desenvolvimento dos docentes não são eventos isolados, mas sim um percurso constante e bem planejado.

A carreira docente, portanto, envolve diversas fases e etapas que exigem diferentes tipos de apoio e desenvolvimento. Essas etapas incluem a pré-formação, que se refere ao período anterior ao ingresso do estudante no curso de licenciatura e que, portanto, corresponde à uma consolidada formação geral da pessoa, em diferentes áreas do conhecimento, com ampla imersão no estudo das ciências em geral, próprio da educação básica. Em seguida, quando a pessoa decide a ser professor, tem-se a segunda, denominada de formação inicial, ou seja, o curso de licenciatura. Posteriormente, temos a terceira etapa, denominada de formação continuada, que se refere tanto a processos formativos promovidos pelos sistemas de ensino em que o professor está inserido, quanto a processos de formação pós-graduação, promovidos pelas instituições de ensino superior.

Essas diferentes etapas envolvem uma variedade de exigências, que vão desde aspectos pessoais e profissionais até contextuais e psicológicos. Portanto, uma abordagem eficaz para a formação de professores deve reconhecer e atender a essas diversas necessidades, garantindo que o desenvolvimento profissional dos docentes seja apoiado e enriquecido ao longo de toda a sua carreira, de modo que a formação docente tem início antes do ingresso da pessoa no curso de licenciatura e deve seguir por toda sua vida profissional. Assim, a formação dos professores (pré-formação, formação inicial e formação continuada), além de ser um fator crucial para o desenvolvimento profissional docente, é também um responsabilidade política fundamental para o próprio desenvolvimento dos sistemas educativos e para a melhoria da qualidade do ensino.

Além disso, os diferentes níveis de atuação dos docentes, desde a educação infantil até o ensino superior, necessitam de abordagens de formação variadas e especializadas. A formação inicial e continuada deve proporcionar aos educadores as ferramentas necessárias para lidar com os desafios contemporâneos da educação, incluindo a integração de novas tecnologias, a gestão de sala de aula em contextos diversificados e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

Dessa forma, o presente texto tem como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico das produções publicadas, em periódicos, dos membros (pesquisadores) do grupo Difort. A metodologia consiste na realização de quatro procedimentos: a) levantamentos dos

nomes de todos os membros do grupo de pesquisa Difort, suas titulações e suas datas de inclusão no grupo; b) consulta no Currículo Lattes de cada pesquisador, para a identificação de artigos completos publicados em periódicos dentro de um recorte temporal de 2014 a 2024, que abordam a temática da formação docente; c) classificações das produções em cinco eixos temáticos e d) apresentação do conteúdo dos artigos em torno da formação docente.

Este artigo conta com uma estrutura dividida em três seções. Além desta introdução, o artigo contém, na sequência, o percurso metodológico; as análises das publicações que foram divididas em quatro categorias e, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica de cunho científico realizada por bolsistas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com o intuito de compreender melhor os desafios enfrentados na Formação Docente.

O primeiro passo do percurso realizado para o alcance do objetivo da pesquisa foi o levantamento de todos os membros do grupo de pesquisa Difort, que conta com 55 pesquisadores, desde graduandos até doutores. A partir disso, fizemos uma consulta ao currículo Lattes dos pesquisadores para visualização dos artigos publicados, em periódicos, dentro do período de 2014-2024, com filtro para os descritores: “formação de professores” ou “formação docente”, onde foi encontrado 15 artigos.

Feito o levantamento, a partir do título de cada texto, eles foram organizados para a análise do conteúdo e divididos em quatro categorias: políticas de formação docente; prática docente; desafios pós formação e outros relacionados, como estão representadas no Quadro 1.

Quadro 1: Produção do Difort sobre trabalho de profissionais da educação 2014-2024

CATEGORIA	PRODUÇÕES
Políticas de formação docente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância no Brasil. 2. O PIBID como política pública de formação de professores. 3. O plano nacional de formação de professores da educação básica (PARFOR): O ideal e a realidade vigente. 4. Formação de professores no contexto neoliberal 5. Políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990. 6. Reflexões sobre a política de formação de professores e o trabalho do coordenador pedagógico. 7. As políticas públicas educacionais do par para a formação do professor do campo em Vitória da Conquista/BA.
Prática docente	<ol style="list-style-type: none"> 8. Formação inicial e continuada dos docentes: Políticas e práticas. 9. Formação docente: O instituído no território de identidade do sudoeste baiano. 10. Formação docente: Contribuições e desafios em um curso e especialização do instituto federal baiano, Itapetinga, Bahia. 11. Formação docente e currículo: Desafios contemporâneos. 12. Educação em direitos humanos na extensão universitária: Experiência formativa de docentes do ensino fundamental.
Desafios pós formação	<ol style="list-style-type: none"> 13. Desenvolvimento profissional docente: Um olhar para além da formação. 14. Reflexos sobre a formação docente no contexto atual: Entre a subserviência e a crítica.
Outros relacionados	<ol style="list-style-type: none"> 15. Sexualidade e relações de gênero na formação de professores.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Currículo *Lattes*. Jun. 2024.

Para Sá-Silva, Almeida e Guinddani (2009) a análise documental é um percurso que exige estratégias para que se possa descrever e interpretar os documentos encontrados. Sendo assim,

fizemos uma leitura densa das 15 produções encontradas, com a finalidade de expor neste artigo tais análises sobre o percurso e desafios da formação docente.

RESULTADOS

Depois de realizar uma leitura detalhada das produções científicas dos membros/pesquisadores do grupo Difort, encontrados nos seus respectivos currículos lattes, sobre o tema da formação de professores, foi possível separá-los para análise em quatro categorias: a) políticas de formação docente; b) prática docente; c) desafios pós formação; e d) outros relacionados. Em seguida, são apresentadas algumas análises baseadas nas quatro categorias mencionadas.

Políticas de formação docente

Em relação ao tema "políticas de formação docente", tratado aqui como uma categoria de análise, os estudos conduzidos pelos pesquisadores do grupo Difort destacam sete artigos. O primeiro tem como título "Políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância no Brasil." (Nunes & Silva, 2014), publicado na revista EDaPECI- Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais.

O artigo aborda as políticas de formação de professores na modalidade de educação a distância (EaD) no Brasil, destacando a importância dessa modalidade como estratégia política para a expansão do ensino superior, com destaque para a formação de professores. São discutidos quatro aspectos interligados: didático-pedagógico, econômico, político e social, que influenciam a implantação e funcionamento da EaD. Além disso, são mencionadas questões como a necessidade de investimento na melhoria da formação docente e nas condições de trabalho, a relação entre as políticas educacionais e a formação de professores, e a importância de compreender a totalidade das políticas de formação docente para entender o papel da educação na sociedade atual. O artigo também destaca a necessidade de discutir as políticas educacionais, incluindo a formação de professores, de forma a melhorar a qualidade da educação pública, seja ela presencial ou a distância.

Os principais benefícios da Educação a Distância (EaD) no Brasil, trazidas pelos autores do artigo, especialmente no contexto da formação de professores, incluem: ampliação do acesso à formação docente, concordando que a modalidade EaD possibilita que mais pessoas tenham acesso à educação superior e à formação de professores, contribuindo para suprir a demanda por profissionais qualificados na área; flexibilidade e comodidade: Os cursos a distância oferecem flexibilidade de horários e locais de estudo, permitindo que os professores em formação conciliem seus estudos com outras atividades profissionais e pessoais; redução de custos: A modalidade EaD pode ser mais econômica tanto para os estudantes quanto para as instituições de ensino, contribuindo para a democratização do acesso à formação de professores; inovação pedagógica: A EaD estimula o uso de tecnologias educacionais inovadoras, promovendo novas abordagens pedagógicas e metodologias de ensino que podem enriquecer a formação dos professores; atualização constante: Por meio da EaD, os professores em formação podem ter acesso a conteúdos atualizados e relevantes, acompanhando as mudanças e avanços na área da Educação.

É existente também a presença de malefícios se tratando da modalidade EaD, alguns citados, foram, a regulação frágil e incipiente, se tratando da falta de mecanismos eficazes de regulação e supervisão na EaD pode comprometer a qualidade dos cursos e das instituições que os oferecem, gerando preocupações quanto à formação adequada dos professores.

Outras duas dificuldades encontradas, refere-se a as múltiplas formas de cursos e metodologias adotadas na EaD que pode dificultar a padronização e a garantia de qualidade, levando a desafios na avaliação e no acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem.

Evidenciando também como malefício o foco na certificação em detrimento da qualidade, possibilitando que a modalidade EaD seja vista apenas como um meio de certificação de professores, sem um olhar mais aprofundado na qualidade da formação oferecida, o que pode comprometer a preparação adequada dos docentes.

Os principais resultados da análise realizada sobre as políticas de formação de professores na modalidade EaD no Brasil, os autores destacaram a ampliação da oferta de cursos de formação de professores a distância, principalmente a partir do ano 2000, como estratégia de expansão do ensino superior; identificação de uma frágil regulamentação e supervisão da EaD, com falta de mecanismos para garantir a qualidade dos cursos e das instituições que os oferecem e a necessidade de um olhar mais direcionado para os cursos de formação de professores a distância, visando tornar essa modalidade uma política pública legítima e de qualidade, e não apenas um meio de certificação de professores.

O segundo estudo a ser analisado dentro dessa categoria tem como título “O PIBID como política pública de formação de professores.” (Nunes & Silva, 2016), publicado na Revista Educação em Debate.

Dentre as principais reflexões apresentadas no estudo sobre o PIBID (Programa Institucional de Bolsas Iniciação a Docência), incluem o destaque para as relações estabelecidas com o ensinar, saber e aprender durante a participação no programa, bem como a aprendizagem da docência no contexto do PIBID; a ênfase na importância do programa como uma política pública de formação de professores, promovendo a valorização do magistério, a integração entre Educação Básica e Instituições de Ensino Superior, e a inserção dos licenciandos na educação básica; a análise das contribuições do PIBID para a formação docente, destacando as aprendizagens dos bolsistas e a produção de sentidos para a formação dos estudantes; o reconhecimento do PIBID como um programa que vem ganhando relevância no contexto nacional e que tem se consolidado como uma política de formação de professores; o enfoque na ação do PIBID como uma política pública de formação de professores, evidenciando o movimento de constituição do programa nesse sentido; a abordagem das políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil, ressaltando a importância dessas iniciativas para a inserção à docência e a formação dos profissionais.

O PIBID tem contribuído para a formação de professores de diversas maneiras, tendo em vista que é um programa que tem como ideia principal a promoção da integração entre teoria e prática, proporcionando aos bolsistas a oportunidade de vivenciar o ambiente escolar, colocando em prática os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, o que contribui para uma formação mais completa e alinhada com a realidade educacional, estimulando também o interesse dos estudantes pela carreira e fortalecendo a identidade profissional dos futuros professores. Um benefício significativo do PIBID é a oportunidade que oferece aos futuros docentes para desenvolverem habilidades e competências essenciais para sua atuação como professores, proporcionando uma formação mais alinhada com as necessidades reais da sala de aula.

Essas contribuições evidenciam a importância do PIBID como um programa que tem impactado positivamente a formação de professores no Brasil, fortalecendo a relação entre teoria e prática, se consolidado como uma política relevante no cenário nacional, integrando as instituições de ensino superior e a Educação Básica valorizando a profissão docente e promovendo a qualificação dos futuros educadores.

Seguindo com as análises bibliográficas desta categoria, a terceira produção a ser explorada é “O plano nacional de formação de professores da educação básica (PARFOR): O ideal e a realidade vigente” (Nunes & Cardoso, 2017) publicado na Revista Formação e Educação.

A ideia central desse estudo é discutir o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, analisando suas contribuições para a formação inicial de docentes que não possuem as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Através de uma

revisão de literatura, são apresentadas reflexões sobre a formação dos professores, destacando o Plano como um instrumento importante para o desenvolvimento de profissionais competentes, responsáveis e comprometidos com a docência, a qualidade da educação e as transformações sociais. O artigo evidencia a relevância do PARFOR como uma oportunidade enriquecedora para os professores da rede pública de ensino, promovendo mudanças de postura que contribuem para uma prática pedagógica exitosa, sendo um instrumento a favor da educação pública de qualidade no Brasil.

Tal documento contribui significativamente para a formação inicial dos docentes em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o PARFOR oferece uma oportunidade enriquecedora para os professores da rede pública de ensino que não possuem a graduação específica necessária para sua área de atuação, tendo em vista o grande déficit nas graduações de licenciaturas formar professores com qualidade acadêmica e social, permitindo-lhes adquirir conhecimentos e promover mudanças de postura que contribuem para uma prática pedagógica afortunada. Através do PARFOR, os docentes têm a oportunidade de atualizar e adequar suas práticas, contribuindo para a superação de problemas educacionais e sociais, o que impacta positivamente na qualidade da educação, ele é reconhecido como uma ação inovadora na educação brasileira, sendo um instrumento importante para o desenvolvimento e aprimoramento dos professores da educação básica.

O Plano apresenta algumas limitações que impactam a formação dos professores. Uma das limitações identificadas é a necessidade de uma reavaliação dos princípios e objetivos propostos pelo programa, visando um redimensionamento para alcançar o sucesso almejado. Essa reavaliação se faz necessária para garantir que o PARFOR atenda de forma eficaz às demandas e necessidades dos professores em formação, assegurando a qualidade do processo formativo, assim como às questões subjetivas presentes no programa, que precisam ser analisadas e discutidas de forma mais aprofundada. Essas questões subjetivas podem impactar a eficácia da formação dos professores, uma vez que a adequação e atualização da prática docente dependem da abordagem e do tratamento dado a esses aspectos.

Além disso, é importante considerar que a formação de professores é um processo complexo que envolve não apenas aspectos educacionais, mas também sociais. Portanto, as limitações do PARFOR podem repercutir não apenas na formação dos professores, mas também na qualidade da educação oferecida nas escolas, afetando diretamente o desenvolvimento dos alunos e o sistema educacional como um todo.

Diante dessas limitações, é fundamental que o PARFOR seja constantemente avaliado e aprimorado, buscando superar os desafios identificados e garantindo que a formação dos professores seja eficaz, atualizada e alinhada com as demandas da educação contemporânea.

O quarto artigo, "Formação de professores no contexto neoliberal" (Nunes; Riberiro, 2018), publicado no jornal *Unoeste/Colloquium Humanarum*. O estudo de Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro e Cláudio Pinto Nunes examina as mudanças na formação docente no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, dentro de um contexto de políticas neoliberais. Eles analisam criticamente a influência do neoliberalismo na educação, destacando como essa ideologia tem moldado as políticas educacionais e a formação dos professores no país. Segundo os autores, o neoliberalismo promove a educação como um bem de consumo e como meio de preparar a mão de obra para o mercado, priorizando a eficiência e a produtividade em detrimento de uma formação integral e crítica dos estudantes.

Dessa forma, os autores criticam como a educação tem sido usada para atender aos interesses do capital, priorizando o crescimento econômico e a competitividade em vez de uma formação integral e crítica dos indivíduos. Eles argumentam que, em vez de ser um meio de emancipação e desenvolvimento social, a educação tem se tornado um instrumento para a reprodução das relações sociais capitalistas, com foco principal na formação de mão de obra.

Além disso, o estudo destaca a evolução da legislação relacionada à formação docente, mencionando a Política Nacional de Formação Docente, que sofreu mudanças significativas com

os decretos Nº 6.755 de 2009 e Nº 8.752 de 2016. Esses documentos estabelecem princípios voltados para a valorização dos profissionais da educação e promovem uma formação que abrange a diversidade de saberes e a integração entre teoria e prática, como afirmam (Nunes & Ribeiro, 2018, p. 61-62).

A análise destes princípios, em particular, nos permite perceber o avanço em relação à concepção de educação como promotora da emancipação humana e o reconhecimento da necessidade de valorização dos profissionais da educação atreladas a projetos de formação que contemplem a diversidade de saberes e se baseiem numa base teórica ampla, pedagógica e específica da área do saber em que atuam. (Nunes & Ribeiro, 2018, p. 61-62).

Todavia, devido a alta cobrança por resultados imediatos e a implementação de avaliações externas não consideram o contexto social e histórico dos alunos, a realidade enfrentada pelos educadores contrasta com as intenções legislativas.

O quinto artigo dessa categoria é “Políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990” (Brito; Nunes; Prado, 2019), publicado na revista *Temas em Educação* (UFPB).

O artigo analisa as políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990 sob uma perspectiva crítica, destacando que esse período foi caracterizado por uma maior atenção à formação docente nas políticas públicas. A formação continuada começou a ser vista como essencial para o exercício da profissão, refletindo uma resposta às demandas por melhoria na qualidade da educação.

Segundo os autores, apesar dos avanços na regulamentação da formação docente, especialmente com a criação de documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as reformas implementadas a partir de 2016 resultaram em retrocessos significativos. Essas reformas, influenciadas por organismos internacionais e com foco em uma visão de mercado, negligenciaram a importância da formação e valorização dos professores. Isso levou a cortes de recursos, comprometendo a oferta de cursos e atividades formativas, além das políticas de apoio à formação docente (Brito, Nunes e Prado, 2019).

Os principais avanços nas políticas de formação docente no Brasil desde os anos 1990 incluem, o reconhecimento da formação continuada, a criação de documentos legais como a LDBEN, o aumento da visibilidade nas políticas públicas, a influência de organizações internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), o BM (Banco Mundial), o PREAL (Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe), etc. e outro avanço foi a regulamentação e estruturação da formação.

O sexto artigo, “Reflexões sobre a política de formação de professores e o trabalho do coordenador pedagógico.” (Silva et al., 2020) publicado no *Brazilian Journal of Development*, discute a importância da formação de professores e o papel do coordenador pedagógico nas instituições de ensino. Ele analisa as políticas públicas relacionadas à formação docente, especialmente no contexto das mudanças ocorridas a partir da década de 1990, que impactaram a prática educativas e a organização do trabalho escolar.

O artigo investiga a relação entre a formação inicial e continuada dos professores e as atribuições do coordenador pedagógico, destacando a responsabilidade deste último na formação continuada dos docentes. É abordado também a influência da lógica capitalista nas políticas educacionais, dando destaque a necessidade de uma formação que pense as demandas do mercado e a qualidade do ensino.

Dentre as pautas do artigo, é discutido sobre os diversos termos legais do processo de formação inicial e continuada dos professores, destacando a responsabilidade compartilhada entre diferentes esferas do governo. A formação docente deve ocorrer em nível superior e é de responsabilidade da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, o que implica que essas entidades têm um papel fundamental na formação dos professores, garantindo que as diretrizes sejam seguidas.

Além disso, a formação continuada deve ser realizada tanto no local de trabalho, ou seja, nas escolas, quanto em instituições de educação básica e superior. Essa abordagem visa integrar a formação à prática educativa, permitindo que os professores desenvolvam suas habilidades diretamente em seu ambiente de trabalho. Os autores enfatizam também a importância da articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Diretrizes legais, como a Resolução 02/2015, destacam a necessidade de que a formação docente contemple a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação que seja relevante e aplicável.

Outro ponto importante abordado é que a formação continuada deve considerar as necessidades e o contexto dos sistemas de ensino, reconhecendo que cada escola e comunidade pode ter demandas específicas que precisam ser atendidas. Isso implica uma abordagem mais personalizada e contextualizada na formação dos professores. Por fim, os autores afirmam que a educação continuada deve ser concretizada na prática educativa, integrando-se ao cotidiano da escola e ao projeto pedagógico da instituição. Essa perspectiva reforça a ideia de que a formação não é um evento isolado, mas um processo contínuo que deve ser parte da rotina escolar.

O sétimo e último artigo da categoria, “As políticas públicas educacionais do PAR para a formação do professor do campo em Vitória da Conquista/BA” (Cardoso; Santos, 2017), publicado na Revista *Práxis*.

As políticas do PAR, instituídas pelo Governo Federal, visam organizar e monitorar a formação de professores, especialmente aqueles que não possuem graduação, através de programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). A pesquisa analisa tais políticas com foco na formação de professores que atuam em escolas rurais de Vitória da Conquista, Bahia, entre 2010 e 2016. Os autores, Arlete Santos e Elisângela Cardoso, destacam que, apesar da existência de um número maior de escolas na zona rural (117) em comparação à zona urbana (72), os investimentos do PAR tendem a priorizar a área urbana, evidenciando uma desigualdade no tratamento das demandas educacionais, não atendendo adequadamente às necessidades específicas desses educadores, como consequência os resultados apontam para a necessidade de melhores condições de trabalho e recursos para os professores que atuam nas escolas rurais, o que é fundamental para a efetividade das políticas de formação e para a qualidade da educação oferecida.

Prática Docente

Na categoria “Prática Docente”, a pesquisa revela a presença de cinco artigos escritos pelos membros/pesquisadores do grupo Difort da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O primeiro artigo, “Formação inicial e continuada dos docentes: Políticas e práticas.”, escrito por Ribeiro e Nunes (2021), publicado na revista interdisciplinar *Cadernos Cajuína*, traz como destaque em seu estudo as políticas públicas e as práticas relacionadas à formação de professores no Brasil, especialmente em um município do interior da Bahia. O estudo destaca a importância da formação inicial e continuada para a valorização e profissionalização dos docentes, além de sua relevância para a melhoria da qualidade da educação básica. O artigo também critica as políticas educacionais que priorizam ideais neoliberais, focando na produtividade e na formação de mão de obra qualificada, em detrimento de um desenvolvimento integral dos educandos e do fortalecimento do sistema público de ensino.

Dentre os avanços e desafios nas políticas públicas e práticas relacionadas à formação inicial e continuada dos docentes, foi relatado a respeito dos avanços: aumento da Formação Superior, que vem em uma crescente desde os anos de 2000 e a criação de programas de formação, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006 que trouxe facilidades ao acesso ao Ensino Superior do país. Já sobre os desafios: As políticas desenvolvidas muitas vezes transferem grande responsabilidade pela formação dos professores para os próprios docentes, em um contexto onde o Estado não garante adequadamente essa formação; a demanda de falta

de articulação e recursos e desinteresse governamental que hoje traz uma grande desvalorização para a ciência e para a pesquisa, com redução de verbas para a educação dificultando a permanência e a eficácia das ações voltadas para a Formação dos docentes, bem como a precária da estrutura que conta com a falta de apoio do poder público, a logística inadequada e a ausência de instituições de ensino superior nas proximidades dificultam o acesso à formação continuada para muitos docentes, especialmente em áreas mais remotas.

Ainda sobre a formação continuada, os pesquisadores afirmam estar em grande déficit, visto que mesmo com a sua grande importância e profissionalização ainda há uma significativa insuficiência de ofertas nas universidades, mostrando que em 2020 apenas 38% de docentes no Brasil teve acesso. O artigo sendo uma pesquisa quali-quantitativa traz algumas falas de professores entrevistados, um professor que foi identificado como “docente vermelho” afirma sobre essa desvalorização da formação continuada,

Nenhum gestor quer arcar com os custos da formação. Nenhum gestor pensa na qualidade do ensino. Pensa é no financeiro! Capacitar professor significa aumentar despesa e nenhum gestor quer isso. Aí somos nós que nos preocupamos em estar procurando capacitação e atingir a meta de se adequar à Lei. (Docente vermelho, apud Ribeiro & Nunes, 2021, p. 164)

O segundo artigo, “Formação docente: O instituído no território de identidade do sudoeste baiano.” (Silva; Nunes, 2021, p.1-25), foi publicado na Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED, reforça em seu estudo a importância da formação docente como um critério fundamental para a valorização dos professores no Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA). O estudo enfatiza a importância da formação inicial e continuada, considerando-a essencial para atender às novas demandas dos profissionais da educação e para garantir a valorização docente conforme as diretrizes estabelecidas pela Confederação Nacional de Educação (CONAE) e pela legislação brasileira.

Como discutido pelos autores, o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) não cumpre plenamente sua finalidade em alguns municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA). Embora o PCCR seja projetado para ser um instrumento legal que visa a valorização docente, a pesquisa indica que, em muitos casos, esses planos não estão adequadamente implementados ou atualizados. Isso resulta em inconsistências no cumprimento das metas estabelecidas pela legislação brasileira que regula a formação inicial e continuada dos professores.

Além disso, o artigo destaca que a falta de transparência e a não disponibilização dos PCCR's nos sites oficiais das prefeituras contrariam a Constituição Federal e a Lei da Transparência, o que compromete ainda mais a efetividade desses planos. Portanto, a pesquisa sugere que, apesar de sua intenção, o PCCR não está cumprindo sua função de maneira eficaz em várias localidades do TISOBA.

Como já foi ressaltado nas categorias acima, e discutido em alguns artigos analisados, a formação continuada é um aspecto crucial para a valorização docente, mas a forma como ela é frequentemente implementada é criticada por Silva e Nunes (2021). A formação continuada é entendida como um processo que deve ocorrer ao longo da carreira do professor, não se limitando à conclusão de um curso de nível superior. No entanto, o estudo aponta que, na prática, essa formação muitas vezes se restringe a cursos de atualização, aperfeiçoamento ou capacitação de curta duração, que não necessariamente atendem às reais necessidades formativas dos docentes, ou até mesmo se concentra na obtenção de certificações e titulações, em vez de promover uma reflexão crítica sobre a prática docente e a qualidade da educação.

Ainda dentro da referida categoria, foi analisado o terceiro artigo: “Formação docente: Contribuições e desafios em um curso e especialização do instituto federal Baiano, Itapetinga, Bahia”, dos autores Helane Coelho, Gisele Lima, Vera Lucia Fernandes de Brito, publicado na Revista Enciclopédia Biosfera, no ano de 2019.

Comparado aos outros artigos já tratados até aqui, este é um estudo menor, mas com a mesma ênfase problemática, formação de professores, o qual foca nas contribuições de um curso de especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Os autores investigam como esse curso impacta tanto os licenciados que já estão atuando na docência quanto aqueles que ainda não estão lecionando. É um estudo quantitativo, onde foi utilizado de questionários aplicados aos alunos matriculados no curso de especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Coelho, Lima e Brito (2019) consideraram que os alunos revelaram, através dos questionários, uma aprendizagem significativa, o que sugere que houve uma boa vinculação entre o que foi proposto no curso e o que estava sendo executado pelo corpo docente. Os alunos relataram que o curso contribuiu para seu desenvolvimento pedagógico, profissional e pessoal. Eles destacaram a importância das discussões em sala de aula, a troca de experiências entre profissionais de diferentes áreas e a atualização sobre práticas docentes. Além disso, todos os licenciados afirmaram que o curso possibilitou a reflexão sobre suas práticas docentes e consideraram os conteúdos abordados relevantes para o aprimoramento de suas atividades em sala de aula. Eles relataram que a troca de experiências entre profissionais de diferentes áreas enriqueceu sua visão de mundo e contribuiu para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Em comum com os demais estudos analisados até aqui, este artigo finaliza enfatizando a importância da formação continuada para os docentes, destacando que o curso de especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática contribuiu significativamente para o desenvolvimento pedagógico, profissional e pessoal dos alunos. Os autores concluem que, apesar dos desafios enfrentados, como a falta de apoio institucional e a necessidade de substituição durante as aulas, os alunos demonstraram satisfação com as metodologias, estratégias e conteúdos abordados no curso.

O quarto artigo, "Formação Docente e Currículo: Desafios Contemporâneos" (Brito; Silva; Nunes, 2018), publicado na revista *Linguagens, Educação e Sociedade*, apresenta uma análise crítica da política educacional brasileira voltada para a formação de professores na educação básica. Os autores discutem a importância de uma formação inicial e continuada que não apenas atenda às exigências legais, mas que também promova uma prática pedagógica efetiva e transformadora.

Um dos principais pontos abordados no texto é a necessidade de superar as dificuldades existentes na formação docente, rompendo com paradigmas tradicionais que muitas vezes limitam a atuação dos educadores. Os autores enfatizam que as políticas educacionais devem ir além de meros instrumentos legais, devendo permitir que os professores modifiquem sua realidade e contribuam para a melhoria do cenário educacional brasileiro. Para isso, é fundamental que a formação docente seja pautada em uma concepção de formação humana, que considere as especificidades do contexto brasileiro e os desafios contemporâneos.

Além disso, o artigo discute a relação entre as correntes pedagógicas e as teorias do currículo, destacando a crítica ao currículo tradicional, que muitas vezes se limita à transmissão mecânica de conteúdos. Os autores defendem uma abordagem crítica que promova a reflexão e a construção de saberes, permitindo que os educadores se tornem agentes ativos no processo educativo.

O resultado final do artigo aponta para a necessidade de uma formação docente que seja coerente com as demandas sociais e educacionais atuais, propondo uma formação que não apenas prepare os professores para o mercado de trabalho, mas que também os capacite a atuar como agentes de transformação social. Os autores concluem que, para que isso ocorra, é essencial que haja uma articulação entre teoria e prática, bem como um comprometimento das instituições de ensino com a formação integral dos educadores.

O quinto e último artigo da atual categoria, "Educação em direitos humanos na extensão universitária: Experiência formativa de docentes do ensino fundamental." escrito por Heldina Pereira Pinto Fagundes (2023) e publicado na revista *Humanidades e Inovação*, vem ressaltando mais uma vez a importância da formação continuada. O artigo discutiu a formação

de professores no contexto da educação em direitos humanos e enfatizou a importância da formação contínua e qualificada de professores. Enfatizou que a plena implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos requer não apenas a aprovação de leis e diretrizes, mas também a criação de condições efetivas e investimento na formação de professores desde a formação inicial até a formação continuada, incluindo a formação presencial, como também cursos presenciais e remotos.

As experiências formativas relatadas por docentes do ensino fundamental, conforme descrito no artigo, demonstram um impacto significativo na prática pedagógica e na compreensão dos direitos humanos. Durante o curso de extensão universitária "Práticas Pedagógicas de Educação em Direitos Humanos no Ensino Fundamental", os professores participaram de atividades teóricas e práticas que abordaram a diversidade, a promoção da igualdade e a cultura da paz. Entre essas atividades, destacam-se oficinas de construção de elementos cênicos para contação de histórias, com foco na diversidade cultural, especialmente nas histórias africanas, além de oficinas que exploravam a diversidade e a diferença através de expressões artísticas.

Os docentes relataram que essas experiências foram fundamentais para superar resistências e incompreensões relacionadas aos direitos humanos, permitindo-lhes desenvolver uma visão crítica sobre sua prática pedagógica. A formação não apenas reforçou seu compromisso com a promoção e defesa dos direitos humanos, mas também os incentivou a incorporar esses temas em suas atividades curriculares. A recepção positiva dos professores sugere que a formação continuada é crucial para fortalecer a educação em dignidade humana e cidadania ativa, especialmente em um contexto desafiador de reformas políticas e sociais. Assim, as experiências formativas demonstraram ser essenciais para enriquecer o debate sobre direitos humanos nas escolas e promover uma educação mais inclusiva e consciente.

Desafios pós formação

O primeiro artigo da categoria Desafios pós formação é "Desenvolvimento profissional docente: Um olhar para além da formação." escrito por Eliane Guimarães De Oliveira, Vera Lúcia Fernandes de Brito, Daniela Oliveira Vidal da Silva, Claudio Pinto Nunes, no ano de 2018, publicado na Educa-Revista Multidisciplinar em Educação. O objetivo deste artigo é explorar o conceito de desenvolvimento profissional docente e suas características, enfatizando a necessidade de considerar não apenas a formação dos professores, mas também as suas condições de trabalho. O estudo pretende contribuir para a reflexão sobre a importância da DPD abrangendo múltiplas dimensões como as qualificações, a remuneração, a carreira e as condições específicas de trabalho dos professores, especialmente em contextos neoliberais, que muitas vezes conduzem a empregos docentes precários.

"Reflexos sobre a formação docente no contexto atual: Entre a subserviência e a crítica." dos autores Calazans e Nunes (2018), publicado na revista Teoria e Prática da Educação, é o segundo artigo nessa categoria. Os resultados do artigo revelam uma análise crítica da formação docente no Brasil contemporâneo, enfatizando que essa formação enfrenta uma série de desafios que afetam diretamente a qualidade da educação. Uma das principais conclusões é que a política de formação é instável e, apesar da existência de um quadro regulamentar, é caracterizada pela descontinuidade e pela falta de consistência. Isso prejudica a preparação dos educadores para enfrentar os desafios do ensino fundamental.

Além disso, o artigo aponta que as tendências do ensino regular tendem a reforçar a desvalorização do trabalho docente e a priorizar a prática sem uma base teórica sólida, o que pode levar à alienação docente. Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de crítica e reflexão, pois a formação deve promover o questionamento da realidade social e a crítica às condições impostas pelo capitalismo. Assim, a formação docente deve ser orientada para a emancipação e a superação das relações de dominação.

4 Outros relacionados

Na última categoria elencada neste estudo, foi destacado um artigo, intitulado “Sexualidade e relações de gênero na formação de professores.” escrito por Liliane Oliveira Macedo, Berta Leni Costa Cardoso (2021), publicado na Revista Humanidades e Inovação.

O artigo tem como objetivo analisar se estudantes de cursos de licenciatura possuem discussões sobre sexo, sexualidade e relações de gênero durante sua formação. A pesquisa revela que há uma lacuna significativa na abordagem desses temas nas salas de aula, com poucos espaços dedicados a essas discussões na graduação. Os estudantes relataram que eventos, palestras e grupos de discussão foram os principais ambientes onde puderam abordar essas questões. O estudo conclui que a falta de preparo e familiaridade dos docentes com esses temas contribui para a ausência de discussões em sala de aula, sugerindo a necessidade de cursos e disciplinas que promovam a educação sexual e a diversidade nas formações acadêmicas.

Os autores do artigo levantam várias críticas em relação à formação de professores e à abordagem de temas como sexo, sexualidade e relações de gênero nas universidades. Uma das principais críticas é a ausência significativa de discussões sobre esses assuntos nas salas de aula e nas disciplinas dos cursos de licenciatura, resultando em uma formação deficiente para os futuros educadores. Quando há alguma discussão, ela tende a ser limitada a aspectos biológicos, como sistemas reprodutores e doenças relacionadas, sem abordar a complexidade e a transversalidade das questões de gênero e sexualidade.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi realizar uma análise das produções, sobre formação docente, de membros do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq), com foco nas publicações em periódicos no período de 2014-2024. Para alcançar tal objetivo, foi feito um levantamento bibliográfico de produções em periódicos dos pesquisadores do grupo Difort, que foram divididos por categoria, sendo elas: Formação Docente (políticas); Prática Docente, Desafios pós formação e outros relacionados, e por fim, suas respectivas análises.

A formação docente é um tema central nas discussões sobre a qualidade da educação, especialmente em um contexto marcado por rápidas transformações sociais e econômicas. Este artigo buscou analisar as produções científicas relacionadas à formação inicial e continuada de professores, com foco nas especificidades do Sudoeste da Bahia, entre 2014 e 2024. A partir da revisão da literatura, foi possível identificar não apenas os avanços nas políticas educacionais, mas também os desafios persistentes que os educadores enfrentam em sua prática cotidiana.

Os resultados da pesquisa evidenciam que, apesar das diretrizes legais que orientam a formação docente, ainda há uma lacuna significativa entre a teoria e a prática. A formação inicial, muitas vezes, não prepara adequadamente os professores para os desafios do ensino fundamental, resultando em uma prática pedagógica que carece de consistência e reflexão crítica. A desvalorização do trabalho docente e a predominância de uma abordagem técnica e utilitarista na formação são questões que precisam ser urgentemente abordadas. A formação deve ser orientada para a emancipação dos educadores, promovendo uma crítica às condições sociais e às relações de dominação impostas pelo capitalismo.

Além disso, a pesquisa destacou a importância da formação continuada, que deve ser integrada ao cotidiano das escolas e às realidades específicas de cada comunidade. A articulação entre teoria e prática é fundamental para que os professores possam se tornar agentes de transformação social, capacitados não apenas para atender às demandas do mercado, mas também para promover uma educação que valorize a diversidade e os direitos humanos. As experiências formativas relatadas nos artigos analisados demonstram que a

formação continuada pode ter um impacto significativo na prática pedagógica, contribuindo para a construção de uma educação mais crítica e inclusiva.

Para finalizar, é importante ressaltar que a formação docente é uma responsabilidade compartilhada entre diferentes esferas do governo e a sociedade. A articulação entre as políticas educacionais e as práticas formativas deve ser fortalecida, garantindo que as diretrizes sejam efetivamente implementadas e que os educadores tenham acesso a uma formação de qualidade. A construção de uma educação transformadora e emancipadora depende do comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pela concessão da bolsa de iniciação científica que permitiu a realização do presente estudo.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Nascimento, A. C. P. G.: Concepção e desenho do texto, Fundamentação teórica, Redação do texto, Aprovação final da versão a ser publicada. Nunes, C. P.: Concepção e desenho do texto, Fundamentação teórica, Revisão crítica de conteúdo intelectual, Aprovação final da versão a ser publicada. Silva, D. O. V.: Concepção e desenho do texto, Fundamentação teórica, Revisão crítica de conteúdo intelectual, Aprovação final da versão a ser publicada. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

Brito, R. dos S., Prado, J. R., & Nunes, C. P. (2019). Políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990. *Revista Temas Em Educação*, 28(1), 02–19. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n1.43571>

Brito, V. L. F., Silva, D. O. V., & Nunes, C. P. (2021). Formação docente e currículo: desafios contemporâneos. *Linguagens, Educação E Sociedade*, 23, 118–138. <https://doi.org/10.26694/les.v1i1.8397>

Calazans, D. P. P., & Nunes, C. P. (2018). Reflexos sobre a formação docente no contexto atual: entre a subserviência e a crítica. *Teoria E Prática Da Educação*, 21(3), 41-52. <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i3.45421>

Cardoso, E. A. M., & Nunes, C. P. (2017). O plano nacional de formação de professores da educação básica (PARFOR): o ideal e a realidade vigente. *Educ. Form.*, 2(6), 54–69. <https://doi.org/10.25053/edufor.v2i6.2011>

Coelho, H. J., Lima, G., & Brito, V. L. F. (2019). Formação docente: contribuições e desafios em um curso de especialização do Instituto Federal Baiano, Itapetinga, Bahia. *Enciclopedia Biosfera*, 16(29), 1-10.

Fagundes, H. P. P. (2023). Educação em direitos humanos na extensão universitária: experiência formativa de docentes do ensino fundamental. *Humanidades & Inovação*, 10(3), 153-160.

García, C. M. (1999). Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto.

Macedo, L. O., & Cardoso, B. L. C. (2021). Sexualidade e relações de gênero na formação de professores. *Humanidades & Inovação*, 8(3), 159-170.

Oliveira, E. G., Brito, V. L. F., Silva, D. O. V., & Nunes, C. P. (2018). Desenvolvimento profissional docente: um olhar para além da formação. *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, 5(12), 23–39.

Ribeiro, J. C. O. A., & Nunes, C. P. (2018). Formação de professores no contexto neoliberal. *Colloquium Humanarum*, 15(4), 57-71

Ribeiro, J. C. O. A., & Nunes, C. P. (2021). Formação inicial e continuada dos docentes: políticas e práticas. *Cadernos Cajuína*, 6(2), 159–178. <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i2.481>

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 1(1), e10351.

Santos, A. R., & Cardoso, E. A. M. (2017). As políticas públicas educacionais do par para a formação do professor do campo em Vitória da Conquista/BA. *Revista Prâksis*, 1, 127–145. <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1171>

Silva, D. O. V., & Nunes, C. P. (2021). Formação docente: o instituído no território de Identidade do Sudoeste Baiano. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED*, 2(6), 1-25. <https://doi.org/10.22481/reed.v2i6.10117>

Silva, J. B., & Nunes, C. P. (2014). Políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância no Brasil. *Revista EDaPECI: Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais*, 14(3), 455-469. <https://doi.org/10.29276/redapeci.2014.14.33308.455-469>

Silva, S. M., & Nunes, C. P. (2016). O PIBID como política pública de formação de professores. *Revista Educação em Debate*, 38(72), 89-103.

Silva, S. S., Pires, E. D. P. B., Cardoso, B. L. C., Santos, E. O. R. dos, Souza, J. M. de, & Almeida, P. C. S. S. de. (2020). Reflexões sobre a política de formação de professores e o trabalho do Coordenador Pedagógico / Reflections on teacher training policy and the work of the Pedagogical Coordinator. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 61709–61721. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-553>

Recebido: 3 de outubro de 2024 | **Aceito:** 12 dezembro de 2024 | **Publicado:** 31 de dezembro de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.